

# CADERNO DE RESUMOS

COLÓQUIO

## O SENTIDO DO GESTO E A SUA MEMÓRIA

### A VIDA QUOTIDIANA AO LONGO DA HISTÓRIA

13 E 14 ABRIL 2016 | AUDITÓRIO 1  
ENTRADA LIVRE

#### ORGANIZAÇÃO

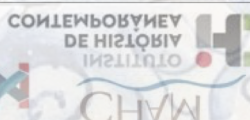
André Filipe Neto | Andreia Fontenete Louro  
Leonardo Aboim Pires | Mariana Alves Pereira

#### INSCRIÇÕES\* EM

[o.sentido.do.gesto@gmail.com](mailto:o.sentido.do.gesto@gmail.com)

\* A inscrição inclui livro de resumos e diploma de participação

APOIADO POR:



\* A inscrição inclui livro de resumos e diploma de participação

Isabel Almeida (CHAM-FCSH/NOVA-UAc) e Maria de Fátima Rosa (CHAM-FCSH/NOVA-UAc)

## **REPRESENTAÇÕES CANÓNICAS DO SUPPLICANTE NA ARTE MESOPOTÂMICA**

Na Mesopotâmia, o quotidiano encontra-se impregnado pela presença divina, provocando uma simbiose entre o sentimento, o pensamento e o acto humano, cuja finalidade é cumprir a vontade dos deuses. Na atitude do suplicante sobressai um dos aspectos que concorre para a manutenção da ordem cósmica, cuja renovação cíclica se assume como imperativa.

A lógica de aliança entre os planos terreno e divino manifesta-se em termos diacrónicos, possibilitando compreendê-la como um vector identitário desta civilização. A acção do cultuante é, então, construída e reconstruída ao longo do tempo, influenciando e sendo influenciada por actores de espaços culturais contíguos. Desta forma, no gesto cívico mesopotâmico encontramos os alicerces de uma memória religiosa partilhada, que extravasa o mundo semita.

Esta comunicação irá explorar as significâncias das representações do homem mesopotâmico quando em atitude reverencial perante o divino. A relação entre o gesto cívico e os relatos mito-poéticos permite identificar um sistema imagético, que acentua a natureza subserviente do homem face ao elemento numinoso.

Através de uma análise assente em fontes iconográficas de diferentes suportes, como a glíptica, a estatuária e a produção monumental, cruzar-se-á o cânone artístico com os testemunhos literários, nomeadamente o processo antropogónico narrado em Enuma eliš e em Atra-hasis. Dos registos artísticos do III milénio a.C. ao período neo-assírio, pretende-se demonstrar a transversalidade que caracteriza a religiosidade quotidiana entre o Tigre e o Eufrates.

ISABEL ALMEIDA, docente do Departamento de História da FCSH, investigadora integrada e sub-directora do CHAM, tem desenvolvido os seus estudos na área de História da Antiguidade Oriental, em temáticas de História Cultural, das Ideias e das Religiões, focando maioritariamente a Civilização Mesopotâmica. Autora de várias publicações, relevamos “Ištar na Epopeia de Gilgameš – estereótipos femininos do imaginário literário do homem mesopotâmico” na revista *Faces de Eva - Revista de estudos sobre a mulher*, nº 17. Defendeu recentemente a sua tese de doutoramento, *A deusa Ištar e as suas expressões artísticas e literárias: concepções e imagética do Divino Feminino na Mesopotâmia*, sob orientação de Francisco Caramelo.

MARIA DE FÁTIMA ROSA licenciou-se em História, variante de Arqueologia, pela FCSH/UNL, em 2005, onde se doutorou, em 2015, na área de História Antiga, com uma tese intitulada *A percepção da ordem e a consciência do tempo em Mari no período paleo-babilónico (sécs. XIX e XVIII a.C.)*. Actualmente é Investigadora do CHAM, onde realiza a sua investigação de pós-doutoramento e lecciona o workshop *Introdução ao Acádico e ao Cuneiforme*.



# Maria Helena Trindade Lopes (CHAM- FCSH/NOVA-UAc)

## “COMER, ORAR E AMAR” NO EGÍPTO ANTIGO

A afirmação da vida nas suas várias vertentes é uma das características dominantes da civilização egípcia.

Fruir o prazer da mesa - que pode implicar outros prazeres como a música, a dança, os jogos ou a recitação de poesia – venerar os deuses - que não só garantem a estabilidade e a perenidade desta sociedade sensual como a favorecem e defendem - e amar – sem tabus nem preconceitos - são os traços mais distintivos de uma civilização africana, que nasce e se afirma num ambiente luxurioso e sensorial, por excelência, o deserto. Mas este deserto intensifica o imaginário que lhe está associado ao ser fecundado e fertilizado por uma corrente de água doce, o Nilo.

O título da obra “Comer, Orar e Amar” de Elizabeth Gilbert, celebrado no cinema por Julia Roberts, foi o ponto de partida para esta comunicação. Ao contrário do que se passa no romance, uma mulher ou um homem do Egito faraónico não precisa de viajar entre diferentes espaços para gozar intensamente os prazeres da mesa, da devoção e do amor.

MARIA HELENA TRINDADE LOPES é investigadora do CHAM e Professora do Departamento de História da FCSH, sendo Coordenadora Executiva do mesmo. Parte dos seus trabalhos de investigação são marcados pelo estudo arqueológico do Palácio de Apriés, em Mênfis, no Egito, que coordenou durante uma década. As suas áreas de trabalho são a Arqueologia, História Cultural, da Arte, Religiosa e Linguística. De entre os seus livros e artigos, destacam-se *O Homem egípcio e a sua Integração no Cosmos, Mênfis (Kôm Tumân): o 'rosto' de Apriés*. Autora do primeiro manual de Egiptologia em Portugal, *Egipto Faraónico - Guia de Estudos*, publicado em 2003 publicou ainda dois romances: *A Mulher que Amou o Faraó* e *Ramsés II - Deus Vivo, Conquistador de Terras e Corações*.

# Leonor Santa Bárbara (CHAM-FCSH/ NOVA-UAc)

## APÓS A REFEIÇÃO: O SIMPÓSIO E OS AEDOS HOMÉRICOS

O *symposion* é conhecido como a altura, depois de terminada a refeição, em que se prolonga o convívio dos participantes, acompanhando o consumo do vinho com música e dança. A leitura do Banquete, de Platão, remete-nos para esse momento, embora aí os convivas concordem em prescindir dos músicos e dos bailarinos, em favor da discussão de um tema importante – o Amor. Xenofonte, no diálogo homónimo, usa o mesmo artifício, ainda que conserve os momentos lúdicos. Mais tarde, Plutarco fará o mesmo, no seu diálogo sobre o amor.

Este momento pós-prandial não é exclusivo da época clássica. A leitura dos poemas homéricos, mais precisamente da Odisseia, ilustra com frequência o período que se segue à refeição: é o momento em que os convivas conversam e, também, em que os aedos cantam histórias actuais para os entreter.

O objectivo desta comunicação é abordar o *symposion*, com base em Platão e em Xenofonte, comparando-o com as intervenções dos aedos na Odisseia, procurando mostrar que este espaço lúdico é uma constante da vida entre os Gregos.

LEONOR SANTA BÁRBARA é licenciada em Línguas e Literaturas Clássicas (1983) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde concluiu o mestrado (1987) e o doutoramento (1997) em Literatura Grega. Docente da FCSH/UNL, no departamento de Estudos Portugueses, e investigadora e presidente da comissão científica do CHAM, tem-se dedicado ao estudo da literatura e cultura gregas do período helenístico, tendo feito a tradução de alguns estudos sobre estas temáticas como *Os Gregos e o Irracional*, de E.R. Doods e *A Tragédia grega e Homero*, de Jacqueline de Romilly. Publicou ainda *Identidade e Cidadania da Antiguidade aos nossos dias*, suma do Congresso realizado em 2006 na FCSH.

Rodrigo Banha da Silva (CHAM-FCSH/  
NOVA-UAc)

**UM OLHAR SOBRE O QUOTIDIANO DESDE O OCIDENTE LUSITANO  
TAGANO**

No século II a.C. o extremo ocidente peninsular entrou na esfera política romana. Esta integração comportou modificações culturais profundas ao longo de um período lato, mediante mecanismos de interacção muito diversificados. Rastreáveis sobretudo através de fontes epigráficas, arquitecturais e arqueológicas, as últimas investigações vêm enfatizando o papel da presença dos exércitos no Tejo ao longo dos séculos II e I a.C., vector principal de uma importantíssima presença itálica.

Na realidade, o âmbito regional do Estuário e restante Baixo Tejo é um espaço de observação privilegiado das alterações produzidas nos quotidianos ao longo dos séculos II a.C. a II d.C. A apresentação sobre o tema focar-se sobre três aspectos: os diferentes ritmos da integração, a percepção da especialidade e a alimentação.

RODRIGO BANHA DA SILVA licenciou-se em História pela FCSH/UNL, em 1998, onde se doutorou, em 2013, na área de Arqueologia e onde lecciona. As suas áreas de trabalho são a arqueologia, arqueologia romana, ceramologia e arqueologia urbana. Entre as suas publicações salientamos *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos. Roteiro dos lugares e objectos*, de 1998, e ainda *Olaria Tradicional Portuguesa: Do Fazer ao Usar* publicada em 2003. É ainda investigador do CHAM.

Paulo Catarino Lopes (IEM-FCSH/  
NOVA, CHAM-FCSH/NOVA-UAc)

**«E SSE FOR ESTRANGEIRO E DE FORA DESTES REYNOS PAGARA SEYSÇEMENTOS DA MANEIRA SSOBREDICTA». REPRESENTAÇÕES DO QUOTIDIANO DOS ESTRANGEIROS EM LISBOA NA VIRAGEM DA IDADE MÉDIA PARA A MODERNIDADE.**

Lisboa nos séculos XV e XVI é uma cidade cosmopolita, cujo espírito intercultural é em grande parte devedor de um projecto de expansão nacional promovido pela Coroa e, à sua medida, apoiado pelos vários grupos sociais do reino. Na rica moldura humana que compõe a dinâmica urbe destacam-se os estrangeiros, esses visitantes por vezes tornados tão ou mais “lisboetas” que os locais e que as leis tentam controlar, ora dificultando a sua acção ora apoiando e mesmo promovendo a sua presença. Mas que representações predominam acerca do seu quotidiano na cidade que se eleva como cabeça de império neste intenso período de encruzilhada? Qual a proveniência destes forasteiros e o que distingue a sua actividade? São alvo de preconceito e intolerância ou aceites pela população nativa? Pressente-se a convivência saudável ou a mera coexistência? E qual a posição efectiva do aparelho governativo relativamente à sua participação no dia-a-dia da cidade?

PAULO CATARINO LOPES, doutorado em História pela FCSH-UNL, desenvolve a sua actividade científica no âmbito da História Cultural e das Mentalidades, em História Medieval e História Moderna, sendo investigador no Instituto de Estudos Medievais (IEM) e no Centro de História de Além-Mar (CHAM), da mesma instituição. Entre outras, o investigador tem publicadas as obras *Viajar na Idade média - A visão ibérica do mundo no Livro do Conhecimento* ou *Um agente português na Roma do Renascimento. Sociedade, quotidiano e poder num manuscrito inédito do século XVI*.

Jorge Rodrigues (IEM-FCSH/NOVA,  
IHA-FCSH/NOVA)

**MANIFESTAÇÕES DO QUOTIDIANO NO ROMÂNICO EM PORTUGAL:  
TRABALHO, SOFRIMENTO, PRAZER E FESTA**

As manifestações do quotidiano na arte românica em Portugal, em especial na escultura arquitectónica das muitas igrejas monásticas ou paroquiais que sobrevivem na ruralidade do Norte do País, são muito mais frequentes do que o crédito que lhes é tributado na investigação produzida sobretudo ao longo dos últimos cem anos, desde a edição da obra pioneira de Joaquim de Vasconcelos.

Manifestando-se geralmente de forma periférica nos templos, fazem-no sobretudo nas cachorradas que sustentam as empenas laterais ou a cornija da capela-mor – como se fossem breves esquiços nas margens de um manuscrito iluminado - mas também nos portais laterais, menos relevantes mas tantas vezes mais utilizados que o axial.

Estas representações do quotidiano abrangem um vasto leque de temas profanos que vão da mais óbvia observação do quotidiano, geralmente associada aos trabalhos dos campos – os bois e jumentos da lavoura, os pipos do vinho – mas também a momentos mais marcantes dessa mesma vida rural, de sofrimento e prazer, que vão da expressão da natividade às visões da morte terrena e, não raras vezes, a referências sexuais frequentemente muito explícitas, como as das mulheres – bastas vezes representadas alegoricamente como sereias - que se oferecem de forma carnal aos passantes, passando por cenas de claro exibicionismo – suscitando o contraponto do *voyeurismo* do observador – e culminando nas representações de *falos* erectos, que não deixam nada à imaginação. Tudo isto possível apenas devido ao carácter marginal da representação.

Mas se sofrimento e prazer parecem ser duas faces da mesma moeda, como o nascimento e a morte que condicionam o círculo da vida terrena, já a festa nos surge em manifestações mais diversas, que vão da dança à música – e sua panóplia de instrumentos – e, sobretudo, à representação dos trovadores ou jograis, essa “gente de fora” que aparece nos povoados para, geralmente no adro da igreja, encenar as suas representações



em que não falta o humor, a crítica social, um mordaz carácter picaresco e, muitas vezes, as notícias e novidades desse mundo “de fora” de que pouco sabem os camponeses. Desconfiados destes homens e mulheres que vivem vidas promíscuas e de moralidade duvidosa, o que é certo é que o fascínio que inspiraram foi mais forte, como os vários testemunhos eternizados no granito ou calcário do nosso românico testemunham de forma eloquente.

JORGE RODRIGUES, professor na FCSH-UNL, no departamento de História da Arte, tem como áreas de investigação a História da Arte do Românico, a arquitectura funerária e História da Arte islâmica, entre outras, sendo também conservador das colecções de Arte Islâmica, Arménia e Oriental do Museu Calouste Gulbenkian. Entre as suas obras salientamos as obras *Mosteiro de Alcobaça* e *O Mundo Românico*. É investigador no Instituto de Estudos Medievais (IEM) e no Instituto de História de Arte (IHA), da mesma instituição.

# Bernardo Vasconcelos e Sousa (IEM- FCSH/NOVA)

## **QUEM PARTE E REPARTE... UM PROCESSO DE PARTILHAS NUMA LINHAGEM PORTUGUESA DO SÉCULO XIV**

Em 1318, membros de uma linhagem da nobreza portuguesa fazem partilhas dos bens deixados pelo seu progenitor. O processo, bem documentado e muito rico em pormenores, revela atitudes e gestos com um sentido claro: sobre as relações entre os elementos da família, sobre a importância das mulheres, sobre o destino do património familiar, sobre a intervenção do rei Dinis neste “assunto de família”. E quem ficou com a melhor parte?

BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA, docente no Departamento de História da FCSH-NOVA, desenvolve a sua investigação nas temáticas de História Social e História de Portugal, em História Medieval. Publicou, entre outras obras *Os Pimentéis. Percursos de uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa* e coordenou o volume sobre a idade Média, da colecção *História da Vida Privada em Portugal*, publicada em 2010. Integrado no Instituto de Estudos Medievais (IEM) coordena ainda o Mestrado em História da mesma instituição.

Joana Ramôa Melo (IEM-FCSH/NOVA,  
IHA-FCSH/NOVA)

**A MULHER É DO PRIVADO?: RETRATOS DA FEMINILIDADE EM  
CONTEXTO COMEMORATIVO NO PORTUGAL MEDIEVO. SINAIS DO  
QUOTIDIANO, ESTEREÓTIPOS ENRAIZADOS E MECANISMOS DE  
MANIPULAÇÃO DA MEMÓRIA**

O universo das mulheres é, para os medievalistas, tudo menos um domínio fácil de penetrar. Faltam documentos que as revelem, faltam os sinais de um discurso directo (sobretudo até ao séc. XV, quando Christine de Pisan inaugura uma intervenção oficial feminina na construção teórica sobre a condição das mulheres), faltam até os vestígios materiais que a elas digam respeito e, particularmente, a tradição de encarar alguns dos que nos restam como dependentes de uma acção e de um poder femininos. Contudo, o recurso à imagem como forma de comunicação e de consumação de uma forma de poder constitui hoje um enfoque privilegiado para análise da condição da mulher na Idade Média e as realidades reveladas por esta metodologia de abordagem são riquíssimas, estimulantes e inovadoras. Particularmente significativa parece ser, no seio do mecenato cultural exercido pelas mulheres, a participação das mesmas em processos de construção memorialística, nomeadamente em contexto fúnebre, em que as imagens encontram um lugar natural para o desempenho das suas funções de evocação e de perpetuação. De facto, entre os testemunhos porventura mais significativos de uma auto-representação feminina e mais reveladores da interacção das mulheres com o contexto simultaneamente social e religioso de que fazem parte, contam-se as arcas tumulares destinadas a receber os seus corpos depois da morte, espaço de representação e de revelação. A participação da mulher na preparação da morte de si mesma (e mesmo na de outrem), o modelo comportamental ideal cristão, definido para as mulheres, assim como as expectativas de cada indivíduo quanto ao destino *post mortem* (o da alma e o da recordação de quem foi), constituem três das principais dimensões reveladas pelos túmulos e respectivos jacentes. A encomenda do túmulo em vida, dando espaço em várias ocasiões ao acompanhamento da sua feitura – casos em que se cumpririam certamente as determinações, mais ou menos

específicas, do seu destinatário –, assim como o ditar do testamento, constituía parte fundamental de um processo de preparação da morte em que o indivíduo dava concretização a uma série de fórmulas e seguranças toda a vida aprendidas e utilizadas e que lhe permitiam apaziguar os anseios de uma hora incerta. Não estranhemos, por isso, que pela sua própria natureza, estes sejam objectos de alguma forma sempre marcados por um certo convencionalismo e uma correspondência com as regras de uma sociedade misógina. Contudo, uma análise atenta dos mesmos fá-los espelhos de uma realidade mais complexa, colocando-nos no centro de um desafiante convívio entre “retratos” estereotipados, sinais do quotidiano e estratégias de afirmação e de manipulação própria memória.

JOANA RÂMOA MELO, professora no Departamento de História da Arte, tem como áreas de investigação a arte medieval (tumulária, escultura e iconografia), bem como estudos de género. Como publicações, conta com “Isabel de Aragão, rainha e santa de Portugal: o seu jacente medieval como imagem excelsa de santidade” in *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 2010 ou “O programa funerário dos reis fundadores da dinastia de Avis, D. João I e D. Filipa de Lencastre, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha” in *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, 2011. É também investigadora no Instituto de Estudos Medievais (IEM) e no Instituto de História de Arte (IHA), da mesma instituição

# João Paulo Oliveira e Costa (CHAM- FCSH/NOVA-UAc)

## **UM MUNDO EM MUDANÇA E A CULTURA MATERIAL DAS SOCIEDADES QUINHENTISTAS**

Os Portugueses desencadearam uma Revolução na relação do Homem com o planeta ao abrirem a circulação pelo oceano Atlântico, o que teve efeitos irreversíveis na aproximação das diferentes sociedades terráqueas para um destino comum. A abertura de novas rotas e o contacto entre povos que haviam permanecido isolados até então possibilitou novas aprendizagens, sentidas inicialmente pelos próprios protagonistas dos encontros mas que se propagavam depois como ondas de choque por todas as sociedades do mundo.

Na nossa comunicação reflectimos sobre a génese deste fenómeno e sobre algumas das mudanças mais precoces.

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA, docente do Departamento de História, tem centrado as suas investigações, sobretudo, na História de Portugal na Época Moderna, História da Ásia Antiga, Renascimento e Expansão. Especializado em História dos Descobrimientos e da Expansão Portuguesa, séculos XV e XVI e no continente asiático, é autor de vasta obra, entre as quais destacamos: *D. Manuel I, Henrique, o Infante* ou *Mare Nostrum* ou *História da Expansão e do Império Português* (em colaboração). Destaca-se ainda a sua obra como romancista – *O Império dos Pardais*, *O Fio do Tempo* ou *O Cavaleiro de Olivença*. É actualmente Director do CHAM.



# Nuno Senos (CHAM-FCSH/NOVA-UAc)

## QUOTIDIANO, EXCEPÇÃO E ARQUITECTURA NA CORTE DOS DUQUES DE BRAGANÇA NO SÉCULO XVI

A vida quotidiana nas cortes do Antigo Regime é um tema que tende a impor uma abordagem assimétrica. Chegaram-nos muitas descrições de ocasiões excepcionais como casamentos, baptizados, *joyeuses entrées* ou recepções de embaixadores estrangeiros mas as práticas de todos os dias que transcendiam estes momentos únicos deixaram muito poucos vestígios nas fontes. A complexa rigidez imposta pelo cerimonial que regrou os momentos mais solenes da existência cortesã parece ser de alguma maneira contrariada pela informalidade que transparece, por exemplo, nos anedotários ou até nalguns episódios relatados pelas crónicas oficiais. Mas, na verdade, sabemos pouco sobre o dia-a-dia cortesão. Os dois lados da vida, contudo, tiveram sempre por palco o universo dos paços da primeira modernidade que ora serviram, ora determinaram o que neles se podia/queria fazer. O objectivo desta comunicação será o de relacionar precisamente o espaço cortesão com aquilo que nele acontece.

Abordarei o caso da mais importante corte aristocrática do Portugal de Quinhentos, a dos duques de Bragança, sediada em Vila Viçosa. Trata-se de um caso para o qual as fontes são especialmente generosas, tendo-nos chegado fontes escritas sobre momentos especiais bem como sobre a vida de todos os dias. Além disso, chegou-nos, sem alterações de maior, o respectivo palácio, em boa parte justamente construído para alojar funções a que os espaços anteriores não pareciam poder dar resposta. Serão assim relacionados aquilo que as fontes escritas nos dizem com que nos mostram os espaços palacianos em que a vida decorria.

NUNO SENOS é professor do Departamento de História da Arte da FCSH, os seus principais interesses de investigação centram-se nas manifestações artísticas da Idade Moderna, nomeadamente arquitectura quinhentista portuguesa, sobretudo no que toca às estruturas palacianas, arquitectura do Brasil colonial, e consumo artístico em Portugal na Idade Moderna. Entre as suas várias publicações, estão as suas teses de mestrado e doutoramento, respectivamente, *O Paço da Ribeira, 1501-1581* e *Franciscan art and architecture in colonial Brazil, 1650-1800*. É ainda sub-director do CHAM.

Ana Isabel Buescu (CHAM-FCSH/  
NOVA-UAc)

## O MUNDO COMO TEATRO: GESTUALIDADE E CORTE

O estudo do gesto ganhou um protagonismo determinante quando a antropologia, a etnologia e a sociologia se constituíram como disciplinas autónomas. O seu impacto no conjunto das ciências humanas, e portanto também na história, foi marcante. A noção, definida nomeadamente por Marcel Mauss, de que o gesto e o rito são factos eminentemente sociais, e portanto também históricos, fixados, partilhados e transmitidos segundo mecanismos próprios – aquilo a que chama as “técnicas do corpo”- por cada grupo social, esteve na base da importância que a história, nas últimas décadas, e sempre numa perspectiva interdisciplinar, tem conferido ao estudo do gesto e à compreensão do seu lugar na sociedade.

Tomando como campo de análise os três tratados curiais de Francisco de Monçon († 1575), teólogo e pedagogo de D. João III, sublinharemos a importância do gesto e da sua codificação no contexto da corte, evidenciando como em todas as práticas cortesãs – a dança, a música, a palavra, a mesa, o lúdico – era sempre o corpo e o controlo de pulsões (Norbert Elias) que estavam em jogo.

ANA ISABEL BUESCU, professora do Departamento de História, tem desenvolvido os seus estudos em História Moderna, sobretudo na área de História Cultural e das Mentalidades, nomeadamente no que toca à cultura e práticas de corte, livros e bibliotecas régias e aristocráticas, alimentação e consumos, infância e educação e representações e imagens do poder. Dos seus vários livros, capítulos e artigos, entre várias biografias de figuras políticas, destacam-se *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-1549)*, *Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias. Estudos sobre o século XVI e A Mesa dos Reis de Portugal. Ofícios, Consumos, Práticas e Representações (séculos XIII-XVIII)*. É ainda investigadora no CHAM.

António Camões Gouveia (CHAM-  
FCSH/NOVA-UAc, CEHR)

**OBJECTOS, IMAGENS, TEXTOS ... GESTOS E TRATADOS. O BRAÇO E  
AS MÃOS NO DIA-A-DIA DA CORTE DOS SÉCS.XVII E XVIII. UMA  
ERGONOMIA SOCIAL?**

A preocupação com o gesto, uma atitude corporal cheia de significados afirmativos, de comedimento e de negação, não é novidade da modernidade. Na realidade, desde muito cedo que as diferentes sociabilidades individuais e de grupo se diferenciaram pelo posicionamento dos braços e das mãos. Dos códigos de leitura aos sinais enigmáticos ou entendíveis por poucos ou por um só, criaram-se, codificaram-se e divulgaram-se figuras de retórica gestual com variabilidade social.

Esta intervenção é a apresentação de algumas possibilidades de trabalho sobre este tema, aquelas que nos parecem de tratamento mais imediato e possível a jovens investigadores.

Vão merecer-nos atenção a construção dos movimentos e a sua relação com o vestuário; a gestualidade do Rei e Rainha nos cerimoniais públicos; a relação do gesto com uma das artes de representação nobiliárquica, a equitação; os gestos e protocolos de estar à mesa, assim como os gestos do lúdico; a liturgia religiosa e os cortesãos.

Ao mesmo tempo, os levantamentos destes temas distanciar-se-ão nos suportes documentais de partida, o que nos permitirá dar conta da diversidade de registos e de sistemas e linguagens de aproximação ao objecto de estudo e aos gestos do seu produtor. As mãos do pintor que pelo traço, preenchido de cores, deram forma ao vestuário na pintura; os relatos dos cronistas e gazeteiros de Corte, observadores habituais do gesto protocolar; as indicações estruturadas de manualistas da equitação e das normas de educação cortesã; a gravação a azul e branco, a partir de “cartões”, e com feição decorativa e pedagógica, dos painéis de azulejos em azul e branco, são exemplos do que referimos.

A pergunta final recoloca-nos o tema e o problema. Será possível adaptar o termo “ergonomia” e associá-lo a uma realidade social de Corte? Sendo possível, poderemos

incorrer numa investigação muito divergente nas temáticas, sociabilidades e suportes documentais e convergente na clarificação daquilo que nos parece ser uma “ergonomia de Corte”?

ANTÓNIO CAMÕES GOUVEIA é professor do Departamento de História da FCSH. A sua actividade de docência tem estado particularmente ligada às temáticas dos séculos XV a XVIII, grupos sociais e sociabilidades, textualidades e culturas materiais, mas também às práticas culturais, programação e património. Entre 2010 e 2011 foi Director do Museu de Évora. É actualmente investigador do CEHR (UCP) e do CHAM (FCSH/NOVA). Coordena o Mestrado em Práticas Culturais para Municípios.

Entre as suas publicações destacamos “D.Francisco Manuel de Melo um nobre entre nobres” no *Boletim do Centro de Estudos Históricos e Etnológicos* e “Mas, afinal, o que é uma biblioteca? — Como se de uma aula de História Moderna se tratasse” em *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* e a colaboração na *História Religiosa de Portugal*.

Carla Alferes Pinto (CHAM-FCSH/  
NOVA-UAc)

## **OS GESTOS DE UM DIA NA VIDA DA INFANTA D. MARIA (1521-1577)**

O tempo do quotidiano na existência humana é feito de gestos comuns, ancestrais e repetitivos. Com mais ou menos conforto e tecnologia à nossa disposição, o ciclo do dia sempre dominou as actividades quotidianas, emparceladas entre o momento em que acordamos e nos levantamos e, no outro extremo, aquele em que nos deitamos.

Mas estes actos (comuns, ancestrais e repetitivos) mantêm-se grandemente por responder quando inquiridos, por exemplo, ao registo documental e visual do século XVI. Mesmo que se trate de relatar o quotidiano das elites.

Nesta apresentação proponho-me abordar algumas questões metodológicas que permitam aferir que fontes e como podem ser utilizadas para reconstruir um quotidiano específico, o dos gestos de uma infanta portuguesa na corte do século XVI, através de informação factual e interpretativa. Gestos do tempo comum – acordar e levantar; higiene diária; vestir e adornar; quem e como se fazia; as práticas devocionais; as refeições –, como do tempo ocupacional e lúdico – o despacho e as audiências, a música, o teatro e a leitura.

CARLA ALFERES PINTO é licenciada em História História de Arte (1991), Mestre em História de Arte Moderna (1995) e doutorada em História de Arte, especialidade de Museologia e Património Artístico (2014). Actualmente desenvolve um projecto de pós-doutoramento intitulado *O gosto das coisas. O consumo de objectos artísticos pelas infantas e rainhas Avis-Beja (1430-1577)*. É investigadora do CHAM, onde é Vice-coordenadora do grupo de investigação *As Artes e a Expansão Portuguesa*.



Joana Bento Torres (CHAM-FCSH/  
NOVA-UAc)

**QUOTIDIANOS PORTUGUESES NO NORTE DE ÁFRICA NOS  
SÉCULOS XV E XVI: O TESTEMUNHO DA ARQUEOLOGIA**

A presente comunicação tem como objectivo divulgar o trabalho de investigação histórico-arqueológica que tem vindo a ser desenvolvido em torno da caracterização dos quotidianos em antigas praças militares portuguesas no Norte de África, especialmente durante os séculos XV e XVI.

Neste âmbito destacam-se cidades de Alcácer Ceguer e Ceuta, com intervenções arqueológicas e/ou campanhas de estudo de materiais arqueológicos desde o ano de 2011. No caso de Alcácer Ceguer, partimos já dos estudos basilares de Charles Redman e da sua equipa ao longo das décadas de 1970 e 1980, revendo todo o espólio material ainda conservado no *Site archéologique de Ksar Seghir* e os registos das campanhas de escavação do século XX. Os nossos estudos concentram-se neste momento em dois pontos fundamentais. Um primeiro que reflecte sobre as transformações da arquitectura vernacular desta praça, integrando-a na evolução da sua malha urbana, tentando compreender em paralelo como se deu a apropriação deste espaço desde a conquista desta cidade merínida em 1458 até ao seu abandono em 1550. Para além da análise das estruturas arquitectónicas remanescentes nos diferentes níveis de ocupação, avaliando diferenças e continuidades ao nível do tipo de construção, os materiais e técnicas construtivas utilizadas, será simultaneamente feita uma caracterização de cada conjunto espacial em articulação com os vestígios materiais detectados.

No que respeita à cidade de Ceuta, esta será mais uma oportunidade para divulgar o estudo do espólio material recuperado nas Muralhas Reais de Ceuta. Este importante conjunto militar foi alvo de uma escavação arqueológica que pôs a descoberto parte da antiga muralha islâmica, que havia sido reaproveitada nas grandes campanhas de obras portuguesas. No espaço entre a anterior muralha e a muralha portuguesa detectou-se a sua colmatação com terra que, segundo documentação de época, terá provindo

parcialmente do seu fosso. Durante os trabalhos arqueológicos procedeu-se assim à remoção de parte deste enchimento, onde se detectou uma numerosa quantidade de espólio cerâmico, metálico e também malacológico e osteológico. O nosso trabalho pressupõe o estudo em laboratório dos materiais cerâmicos e metálicos do período de ocupação portuguesa (dos inícios do século XV até meados do século XVI, quando termina a construção das Muralhas Reais). Para além da caracterização da sua cultura material, a procura de paralelos com Alcácer Ceguer, mas também com os registos materiais de outras localidades no território português.

Será nesta conjugação que se tentam aferir permanências e contrastes, nos modos de habitar e de trabalhar, passando pelos hábitos alimentares e formas de vestir, tentando não perder de vista variações geográficas, territoriais, sociais e económicas.

JOANA BENTO TORRES, bolsista de doutoramento para a FCT, tem desenvolvido os seus trabalhos em torno da Arqueologia, da História da Expansão Portuguesa e também da Paleografia. Conta com vasta experiência em escavações arqueológicas, tanto em Portugal, como em várias cidades do Norte de África. Investigadora em vários projectos do CHAM, entre as suas principais publicações estão os artigos “Un contexto habitacional Portugués en Ksar Seghir, Marruecos (siglos XV-XVI)” in *Arqueología en las Columnas de Hércules, XV Jornadas de Historia de Ceuta* e “Convento de S. Francisco de Lisboa: fragmentos e documentos na reconstrução de quotidianos” in *Actas do Congresso Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*.

José Bettencourt (CHAM-FCSH/NOVA-  
UAc)

**VIVER PARA ATRAVESSAR OS OCEANOS (SÉCS. XVI-XVII): UMA  
APROXIMAÇÃO A PARTIR DA ARQUEOLOGIA**

A expansão da navegação europeia deu lugar à abertura de várias rotas transoceânicas que ligavam portos localizados em ambientes muito distintos. Esta globalização obrigou à adopção de novas estratégias de organização do espaço a bordo dos navios, de transporte e conservação de alimentos, mas também à introdução de novos produtos, nomeadamente de alimentos, no quotidiano. Partindo de casos em Portugal, esta apresentação pretende abordar o potencial da investigação arqueológica em sítios de naufrágio para o estudo da vida a bordo entre os séculos XVI e XVII.

JOSÉ BETTENCOURT, docente do Departamento de História da FCSH e actualmente bolseiro de doutoramento é investigador do CHAM desde 2005. Tem como área de especialização a arqueologia moderna, náutica e subaquática. É ainda, desde 2014, presidente do Observatório do Mar dos Açores (OMA). Entre as suas publicações destacamos *O sítio arqueológico de São Julião da Barra (Cascais-Oeiras)* e *a dinâmica marítima do porto de Lisboa na Idade moderna* e *O triângulo Faial- Pico-São Jorge como paisagem cultural marítima insular (séculos XVI a XX): uma primeira aproximação*.

Paulo Jorge Fernandes (IHC-FCSH/  
NOVA)

## **O CONSUMO ALIMENTAR DA CASA REAL DURANTE A MONARQUIA CONSTITUCIONAL (1821-1910)**

A História dos consumos e dos gestos alimentares da Casa Real portuguesa foi já alvo de um estudo pioneiro (Buesco & Felismino, 2011). Esse trabalho, contudo, não prolongou a sua análise até à fase Constitucional da monarquia ficando, por essa via, incompleto. A partir da documentação existente no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (IANTT) esta comunicação propõe-se estudar o padrão de aquisição das mercadorias usadas pela Real Ucharia desde o regresso da corte do Rio de Janeiro (1821) até à implantação do regime republicano (1910). Para além de se inventariar a evolução da despesa com os produtos alimentícios consumidos na mesa dos reis, procura-se traçar a evolução do gosto e das preferências gastronómicas da família real nas últimas décadas do regime.

PAULO JORGE FERNANDES é licenciado em História, pela Universidade Autónoma de Lisboa (1991) e doutorado em História Institucional e Política Contemporânea (2007) pela FCSH/UNL, onde é professor auxiliar no departamento de História. É investigador e membro da direcção do Instituto de História Contemporânea e tem-se dedicado ao estudo da História do Colonialismo Português no século XIX e da História Política do Liberalismo em Portugal.

Leonor Medeiros (CHAM-FCSH/NOVA-  
UAc)

## **EVIDÊNCIAS DO PODER NO DIA-A-DIA DAS COMUNIDADES INDUSTRIAIS ATRAVÉS DA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA E ESPACIAL**

A análise das comunidades industriais é muitas vezes simplista no sentido de reduzir as relações de poder, posse, produção e consumo a estruturas hierárquicas e estanques. No caso particular das comunidades industriais mineiras esta relação é geralmente resumida à nomenclatura de 'paternalismo', referindo-se a que o dono da exploração mineira age como provedor e orientador, como um pai da sua comunidade. No entanto, a investigação arqueológica tem demonstrado que nestes locais as relações de poder são ricas, diversas e complexas, tocando nomeadamente em aspectos de poluição, raça ou género que durante muito tempo estiveram longe de serem analisados.

O 'paternalismo' nas comunidades industriais mineiras - frequente a nível internacional devido a uma série de questões práticas na gestão do núcleo industrial - parte da figura do administrador da mina, o responsável pela criação da infraestrutura necessária para receber os trabalhadores e suas famílias, seja para habitação, educação, saúde, alimentação ou ócio (recordemos que em indústrias dependentes da localização do recurso como é a mina, em franca expansão do século XVIII a XX, encontramos frequentemente em locais remotos e sem sólida ocupação prévia). Contudo, esta infraestrutura vem com a exigência de um determinado padrão de conduta por parte do trabalhador, mais acentuado nas situações em que o administrador quer aplicar uma determinada prática religiosa na comunidade. É assim frequente existirem normas que proíbem o consumo de álcool, o jogo ou a prostituição, nomeadamente em comunidades conservadoras dos EUA. Todavia, embora seja essa a indicação que obtemos da documentação histórica, o registo arqueológico tem revelado a existência de comportamentos desviantes e de situações de contorno da ordem estabelecida que têm trazido à luz as nuances de poder e de comportamento destas comunidades.

A análise arqueológica e espacial tem assim vindo a demonstrar que, dentro da dinâmica de relações entre a casa da administração, a mina, a habitação mineira e o centro



urbano, existem outras sub-dinâmicas. Um caso de estudo interessante é o da análise da poluição (ar e solos) na comunidade e ver não só como ela define áreas específicas de poder (a poluição é mais alta junto às áreas habitacionais dos trabalhadores emigrantes) mas como as pessoas navegam a comunidade ajustando-se a estes elementos não físicos, como sejam fugir à vista da casa do administrador ou da poluição que atravessa uma determinada avenida.

A identificação de contextos arqueológicos que demonstram a realização de actividades proibidas pela administração em locais de menor visibilidade das estruturas de poder, ou a análise de diários de época e mapeamento das rotinas dos habitantes das comunidades industriais, tem vindo assim a revelar a pluralidade de poder, ou de poderes, que se definem nestes locais e a maneira como se definem na vivência diária dos sítios e marcam o registo.

LEONOR MEDEIROS é licenciada em Arqueologia, pela FCSH/UNL (2007) e doutorada em Património e Arqueologia Industrial (2015), pela Michigan Technological University (EUA). É Professora Auxiliar no departamento de Arqueologia da FCSH e Assistente de Investigação do Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM).

# Paulo Teodoro de Matos (CHAM- FCSH/NOVA-UAc)

## **NAScer FORA DO MATRIMÓNIO NO PORTUGAL DE OITOCENTOS**

Do ponto de vista histórico Portugal sobressai pelos seus elevados níveis de nascimentos fora do matrimónio, quer no contexto europeu, quer ibérico. Com percentagens médias de nados-vivos ilegítimos estimadas em 15% para o século XIX ganhava, também, expressão o abandono de crianças. As rodas de expostos, disseminadas por todo o Portugal Oitocentista, constituíam uma faceta indiscutível do seu quotidiano, para onde eram encaminhadas maioritariamente crianças ilegítimas. Para se ter uma ideia mais concreta, em 1850, mais de 17,000 recém-nascidos haviam dado entrada nas rodas, cerca de 12,6% dos baptismos registados nesse ano. Entretanto nesse mesmo ano faleciam mais de 8,000 expostos, cerca de 11,2% do total de óbitos ocorrido em Portugal. Nascimento fora do casamento, abandono de crianças, elevada mortalidade infantil e impressionante verba municipal destinada à sustentação dos expostos são realidades de certa forma fracturantes da sociedade portuguesa.

Esta intervenção tem por objectivos centrais:

- Breve discussão das fontes e métodos para o estudo da natalidade fora do casamento e exposição de crianças.
- Situando o contexto. Os níveis de ilegitimidade e exposição de crianças em Portugal. Comparações com a Europa ocidental e análise regional.
- Porque existem tantos filhos fora do casamento em Portugal? Porque se vulgarizaram as rodas de expostos? Reflexão sobre o papel do quadro normativo sobre a herança dos filhos naturais, restrições matrimoniais e emigração.

PAULO TEODORO DE MATOS é licenciado em História, pela FCSH/UNL (1997) e doutorado em Demografia Histórica, pela Universidade do Minho (2004). Investigador do CHAM/FCSH/UNL/UAç, coordena o projecto *Counting colonial populations. Demography and the use of statistics in the Portuguese e Empire (1776-1875)*. As suas áreas de investigação centram-se em torno da história social, das populações coloniais e da demografia histórica.

Raquel Pereira Henriques (IHC-FCSH/  
NOVA)

**ALGUNS QUOTIDIANOS DE CAMPONESES DA BEIRA ALTA E DA  
BEIRA BAIXA, (ANOS 30 – 60 DO SÉCULO XX EM PORTUGAL)**

Um dos objectivos desta proposta foi o de reflectir sobre quotidianos de alguns camponeses, num tempo e num espaço específicos – as décadas de trinta a sessenta do século XX, nas “Beiras” interiores, a Beira Alta e a Beira Baixa.

Seleccionaram-se alguns objectos de trabalho relacionados com a faina agrícola e utilizados para a produção de bens alimentares, objectos utilizados para a preparação e transformação dos alimentos e, outros ainda, relacionados com a higiene pessoal e familiar. Aqueles utensílios, como muitos outros, permitiram a transformação do quotidiano que, apesar de tudo, suavizaram, mas classificá-los nem sempre é linear. A que práticas se associaram? A que vivências? Foi por eles, pelos objectos, que iniciámos esta investigação, e com eles partimos para o conhecimento possível das pessoas e dos tempos em que viveram, aproveitando alguns relatos e explicações pessoais de quem também os utilizou. Na verdade, uma segunda fase do trabalho conduziu ao cruzamento desses olhares sobre os objectos com algumas histórias de vida, de camponeses filhos de camponeses, que foram entrevistados – os testemunhos “silenciosos” foram assim revelados por um outro tipo de testemunhos, orais.

Uma palavra pode definir o conjunto dos objectos que recheavam estas casas: escassez. Mas uma outra análise permite que se fale de uma realidade árdua, de dias permanentemente povoados por carências de vários tipos, por vezes também alimentares.

Analisaram-se pois algumas alfaias agrícolas, casas e utensílios que as recheavam, formas de subsistência. Por outro lado, as fontes escritas foram igualmente fundamentais e o *Inquérito à Habitação Rural* foi uma delas. Realizado nas décadas de 1930 e 1940, iniciou-se sob a direcção de Eduardo Lima Basto, do Instituto Superior de Agronomia, que

---

se propunha “conhecer as condições de habitação e de vida da população rural”<sup>1</sup>. O volume que aqui interessa, o segundo, intitulado *A habitação rural nas províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa)*, foi publicado em 1947 pela Universidade Técnica de Lisboa, já depois da morte de Lima Basto e foi dirigido por Henrique de Barros. Quando inicialmente Lima Basto apresentou o projecto, referiu que era “tempo de se procurar conhecer nas suas pequenas minúcias como se vive no campo, o que às vezes equivale a averiguar como ali se morre”<sup>2</sup>.

Tentar-se-á assim contribuir para a compreensão de certos quotidianos, alguns ainda tão próximos, de pequenos agricultores, com terras próprias ou arrendadas, que dificilmente produziam para assegurar a subsistência da família, vivendo afastados dos centros de decisão política de um País que, simultaneamente, os exaltava como um dos últimos redutos das virtudes da Pátria.

RAQUEL PEREIRA HENRIQUES é licenciada em História (1987), mestre em História dos Séculos XIX-XX (2002) e doutorada em História Cultural e das Mentalidades Contemporânea (2008) pela FCSH/UNL, onde lecciona no departamento de História e coordena o Mestrado em Ensino da História e da Geografia para o 3º ciclo e ensino secundário. Investigadora integrada no Instituto de História Contemporânea, foi presidente da Associação de Professores de História entre 2009 e 2013.

---

<sup>1</sup> BASTO, E.A. Lima; SILVA, António de Faria e & SILVA, Carlos – *Inquérito à Habitação Rural. Promovido pelo Senado Universitário e realizado nas décadas de trinta e quarenta do século XX. 3. A Habitação Rural nas Províncias da Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo e Baixo Alentejo*, Vol. III (edição organizada por Fernando Oliveira Baptista, João Castro Caldas e Maria Carlos Radich). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2012, p. 5

<sup>2</sup> *Idem*, p. 16

---

Margarida Brito Alves (IHA-FCSH/  
NOVA) e Bruno Marques (IHA-FCSH/  
NOVA)

**QUOTIDIANO E ARTE CONTEMPORÂNEA. ALMOÇOS PARTILHADOS,  
AMORES NÃO CORRESPONDIDOS E CONVERSAS INACABADAS**

A tentativa de fixar o trivial, de dar visibilidade ao aparentemente banal, e de assim recusar que o quotidiano se dilua no esquecimento é um dos traços que podemos identificar em muitas das propostas artísticas que têm vindo a desenvolver-se sobretudo desde o segundo pós-guerra. Com efeito, recuperando o legado das primeiras vanguardas, foi a partir da década de 1950 que as designadas neo-vanguardas exploraram uma rearticulação entre arte e vida - um “retorno ao real”, tal como nos propôs Hal Foster (Foster 1996). Esta exploração privilegiou um renovado contacto com a realidade e traduziu-se através da apropriação, utilização e problematização das suas matérias, dos seus objectos, dos seus gestos - como se tornou particularmente evidente na Pop Art ou no Nouveau Réalisme, mas também nas diferentes dinâmicas performativas, nos happenings e environments que se consubstanciaram ao longo das décadas seguintes.

Partindo desse período, e tomando como referência a produção de diferentes artistas que trabalham com base em acções muitas vezes consideradas como anónimas ou residuais (Lefebvre 1947), esta comunicação procurará problematizar o quotidiano nas práticas artísticas contemporâneas.

MARGARIDA BRITO ALVES é licenciada em Arquitectura, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e é doutorada em História de Arte Contemporânea, na FCSH/UNL, onde, actualmente, exerce funções docentes. Investigadora do Instituto de História da Arte (IHA), coordena a Linha de Estudos de Arte Contemporânea. Entre outras publicações é autora de *O espaço na criação artística do século XX*.

---

BRUNO MARQUES licenciou-se em História de Arte (2001) e doutorou-se em História de Arte Contemporânea (2011), pela FCSH/UNL. Membro integrado do Instituto de História de Arte (IHA), coordena o núcleo de Estudos sobre Fotografia e Cinema, é investigador de pós-doutoramento em Estudos Artísticos, desenvolvendo um projecto financiado pela FCT, sobre políticas de género e da sexualidade na arte contemporânea.

---

Maria Alexandre Lousada (CEG-FL/UL)

**A POLÍCIA E A CIDADE: UMA NOVA GRAMÁTICA DO ESPAÇO  
URBANO EM LISBOA, NOS FINAIS DO ANTIGO REGIME**

A relação entre os indivíduos, o espaço e o tempo pode ser lida como expressão das relações de poder, dos códigos sociais e das normas culturais de cada época. Durante o século XVIII, as transformações do espaço urbano e dos seus usos estão relacionadas tanto com as mudanças económicas e demográficas como com as novas práticas de sociabilidade, os novos códigos de civildade e o impacto da actuação de instituições como a polícia. Um conjunto de novas regras e intervenções no espaço público urbano - iluminação pública, numeração das ruas e portas, calcetamento, horas de despejo de lixos, vigilância policial, etc.- , criaram diferentes espacialidades e temporalidades e alteraram os comportamentos considerados apropriados em espaço público. Nesta comunicação, apresentar-se-ão as tentativas de imposição de uma nova gramática urbana de usos do tempo e do espaço, bem como as tensões e as resistências que suscitou, na cidade de Lisboa entre finais do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.

MARIA ALEXANDRE LOUSADA é licenciada em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1981) e doutorada em Geografia Histórica (1996) pela mesma instituição, onde é Professora Auxiliar no Departamento de História e investigadora do Centro de Estudos Geográficos. A sua investigação centra-se no Miguelismo e a contra-revolução em Portugal e, mais recentemente, na História do Turismo e do Associativismo nos séculos XIX-XX.

---

André Filipe Neto (2º ano do 2º ciclo de História - CHAM-FCSH/NOVA-UAc)  
Andreia Fontenete Louro (3º ano do 1º ciclo de História - FCSH/NOVA)  
Leonardo Aboim Pires (1º ano do 2º ciclo de História - FCSH/NOVA)  
Mariana Alves Pereira (3º ano do 1º ciclo de História - FCSH/NOVA)

